



A História “Deles” e a “Nossa”: Uma Análise das Teorias Filosóficas da Verdade em Bloch e Febvre¹

Emanoela Agostini²

Resumo: Este artigo analisa qual teoria filosófica da verdade está presente na escrita de Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) a fim de perceber se existem semelhanças em relação à teoria que orienta a escrita dos historiadores metódicos Charles Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942). O problema gira em torno das seguintes perguntas: qual conceito de verdade fundamenta os textos dos *annalistas*? Esse conceito inclina-as de que as noções de verdade entre esses autores se assemelham. Este texto pretende corroborar com a problematização da ideia de “revolução historiográfica”, considerando que o discurso dos historiadores *annalistas* é de ruptura em relação à historiografia que os precedeu. Para tanto, primeiro é necessário esclarecer algumas questões filosóficas em torno das teorias da verdade e, posteriormente, analisar alguns trechos das obras “O Problema da Incredulidade no Século XVI” (1942) e “Combates pela História” (1977) de Febvre; “Apologia da História ou o Ofício do Historiador” (1949) e “Os Reis Taumaturgos” (1924) de Bloch e “Introdução aos Estudos Históricos” (1898) de Seignobos e Langlois.

Palavras-Chave: Teorias da Verdade, *Annales*, Escola Metódica, Continuidade, Ruptura.

The Story “Theirs” and “Ours”: An Analysis of the Philosophical Theories of Truth in Bloch and Febvre

Abstract: This article analyzes which philosophical theory of truth is present in the writing of Marc Bloch (1886-1944) and Lucien Febvre (1878-1956) in order to understand if there are similarities in relation to the theory that guides the writing of methodical historians Charles Langlois (1863-1929) and Charles Seignobos (1854-1942). The problem revolves around the following questions: what concept of truth underlies the texts of the *annalists*? This concept inclines them that the notions of truth among these authors are similar. This text intends to corroborate the problematization of the idea of “historiographical revolution”, considering that the discourse of *annalists* historians is a rupture in relation to the historiography that preceded them. To do so, it is first necessary to clarify some philosophical questions surrounding the theories of truth and, later, to analyze some excerpts from Febvre’s works “The Problem of Incredulity in the 16th Century” (1942) and “Combats for History” (1977); “Apology of History or the Historian’s Office” (1949) and “The Thaumaturgic Kings” (1924) by Bloch and “Introduction to Historical Studies” (1898) by Seignobos and Langlois.

Keywords: Theories of Truth, *Annales*, Methodical School, Continuity, Rupture.

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Que a Verdade seja Bem Comum de todos os Homens: Uma Análise das Teorias Filosóficas da Verdade em Bloch e Febvre”.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista de Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Introdução

Quem estuda história da historiografia seguramente se depara com discursos divergentes entre as escolas históricas ou correntes historiográficas, enfrentamentos epistemológicos pautados nas diferentes formas de conceber e produzir o conhecimento histórico. Esses embates por vezes são reais e, por vezes, são forjados no interior da nova corrente historiográfica, mais na intenção de superar a anterior do que propriamente fundamentados nas diferenças.

Quem não se mobiliza com uma história de guerra? Os embates epistemológicos instigam à leitura e ao estudo. Contudo, o jogo de forças ultrapassa o limite do discurso e serve à institucionalização da nova corrente e para a afirmação profissional de seus historiadores. Na sucessão das escolas na história da historiografia o fenômeno de crítica se manifesta. A escola nova que procura se afirmar faz isso em detrimento da anterior. Na pretensão de ultrapassar e conquistar seu espaço reduzem, simplificam e deformam o conteúdo da antecedente (NOVAIS; SILVA, 2011, p. 12).

A própria identidade dos *Annales* se constitui dessas oposições. O marco inicial da Escola foi o lançamento da Revista *Annales d'histoire Économique et Soziale* em 1929, que se estabeleceu como porta-voz de uma “Nova História” e como crítica atenta à história considerada “tradicional”. Os principais ataques foram destinados ao Historicismo Alemão e à Escola Metódica francesa e foram feitos, sobretudo, por Febvre entre 1930 e 1940 (BURKE, 1991, p. 38).

O contexto do pós-guerra viabilizou o discurso do “novo” e o momento de crise econômica se apresentou como oportuno para o lançamento de uma revista voltada às questões econômicas e sociais. De acordo com os *annalistas* a Escola Metódica pertencia a uma espécie de “antigo regime historiográfico” e os *Annales* representava a “revolução da historiografia” (BURKE, 1991, p. 18). Enquanto uma estava voltada para a história política, factual e de culto aos documentos a outra se preocupava com a história social, dialogava com as demais ciências, principalmente, a sociologia e ampliava as fontes históricas.

É inegável que os *Annales* renovaram o conhecimento histórico, pois passaram a privilegiar fenômenos econômicos e sociais que até então não eram prioridades (DOSSE, 2003, p. 105). Em decorrência desta opção, as fontes também precisaram ser ampliadas. Somente as



fontes escritas não forneciam elementos suficientes para acessar os aspectos mais profundos da sociedade (DOSSE, 2003, p. 113). A noção de temporalidade também sofreu alteração e provavelmente foi a grande novidade do movimento.

Antes dos *Annales* o conceito de tempo na historiografia era teleológico, constituía uma construção única e linear. A Escola dos *Annales* apresentava uma pluralidade de tempos e uma “desaceleração cautelosa” (REIS, 2004, p. 20) como reação à percepção progressiva da história. Os objetos de estudos de Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) não eram analisados a partir da ideia de sucessão temporal; mas, estudaram momentos na história sem enquadrá-los numa linha contínua e progressiva.

Apesar das inovações, para Iggers (2012), não houve ruptura fundamental na historiografia na passagem do século XIX para o XX. Se popularizou a ideia de que existia naquele momento uma crise no interior da historiografia que era anunciada pela sociologia e principalmente pelos organizadores e colaboradores dos *Annales*. Apesar do discurso de crise, as bases fundamentais da historiografia considerada tradicional, isto é, a ideia de que a história deveria ser uma disciplina profissional e de que a história deveria conceber a si mesma como uma ciência não estavam sendo questionadas, mas, “pelo contrário havia uma forte pressão para fazer o cultivo da história ainda mais profissional e científica” (IGGERS, 2012, p. 61).

Colocar em dúvida o caráter científico da história não era tema de pauta para Bloch e Febvre, pois seus escritos pretendiam ampliar e fortalecer o caráter científico da história. Entendiam que a história produzida até então não tinha sido suficientemente científica. Para Febvre (1989, p. 21), a história por não ser suficientemente científica não conseguia ampliar sua aproximação com a vida e Bloch (2001, p. 47) também entendia que a história estava no caminho da cientificidade, contudo, ainda não era uma ciência acabada. Ele a via como uma ciência em marcha, como uma ciência na infância.

Para ambos, a história ainda estava sob a ameaça da sedução exercida pela ficção e pela facilidade explicativa de fatos superficiais, portanto, a vigilância para a produção de uma história científica deveria ser constante. Febvre (1989, p. 248) pensava que com o esforço de alguns historiadores a história se tornaria um conhecimento cada vez mais científico: “virá um dia em que se falará de ‘laboratórios de história’ como de realidades – e sem provocar sorrisos irônicos”. Para que a história se tornasse verdadeiramente uma ciência o historiador deveria estar ciente dos limites de sua tarefa e de seus problemas e, “na medida em que seu trabalho



[permitisse], deveria estar preocupada com o papel dos fatores explicativos, ou pelo menos, de algum fator definido” (FEBVRE, 2013, p. 488).

Essas assertivas a respeito do caráter científico da história ilustram aquilo que Iggers comenta sobre a continuidade de estruturas fundamentais na historiografia entre os séculos XIX e XX³. Diante desse cenário, questiona-se se a noção de verdade também permanece, se ela faz parte dessa continuidade, ou se sinaliza rompimentos. A fim de responder a este problema primeiro é pertinente fazer alguns apontamentos em torno da “verdade” para então analisar os textos dos historiadores.

Verdade e Teorias Filosóficas da Verdade

A palavra “verdade” é normalmente usada para referir-se a uma proposição/sentença ou para referir-se a uma realidade. Uma proposição verdadeira difere da falsa e a realidade verdadeira difere daquela que é “aparente, ilusória ou inexistente” (MORA, 1998, p. 3014). Não é tarefa fácil discernir entre esses dois sentidos e na linguagem comum normalmente não é feita tal distinção. Alguns trechos selecionados das obras lidas exemplificam esta diferença:

1. Como realidade: “O ‘verdadeiro’ Rabelais [...] não existe para eles” (FEBVRE, 2009, p. 105); “Todas as vezes, procissões, preces, toques de sinos, *te-deum*, serviços fúnebres, missas, cerimônias de todo tipo. Isso é ‘verdade’ na cidade, é mais ‘verdade’ ainda no campo, talvez” (FEBVRE, 2009, p. 303); “mas o raciocínio muito simples que, ao excluir qualquer outra possibilidade de explicação, nos permite passar do objeto ‘verdadeiramente’ constatado ao fato cuja prova nos traz [...]” (BLOCH, 2001, p. 71).

2. Como sentença/ proposição: “Verdade: haverá uma ‘verdad’e, no domínio da ciência, no dia em que, de duas opiniões que são apenas opiniões, poder-se-á controlar que uma é verificada pelos fatos, a outra, desmentida, ou não confirmada, por eles (FEBVRE, 2009, p. 358).

Esta pesquisa limita à discussão do pressuposto filosófico da verdade no sentido de sentença/proposição. Verdade neste âmbito é uma espécie de propriedade que as sentenças podem ou não possuir (KIRKHAM, 2003, p. 99). Essa propriedade tem caráter relacional e a relação se dá entre os portadores de verdade “com alguma outra instância que se estabelece como condição de verdade da primeira” (COSTA, 2002, p. 4). Exemplos: no caso da teoria da

³ Existe mais traços de continuidade entre essas duas historiografias e para quem interessa é possível encontrar reflexões neste sentido em: Clarck (2011, p. 181-205); Fernandes (2015, p. 159-179); Gomes (2006, p. 443-459); Raphael (2011, p. 141-156); entre outros citados nas referências deste artigo.



verdade como correspondência a verdade resulta da relação entre proposição e fatos objetivos no mundo; na coerência a relação se dá entre crença, proposição, teoria e um determinado sistema. É preciso lembrar que essa propriedade não está nas coisas, mas no juízo acerca das coisas. Isto parece estar bem claro para Bloch (2001, p. 117) ao afirmar que “a incerteza está, portanto, em nós, em nossa memória, ou na de nossas testemunhas. Não nas coisas”.

Existe diferenças entre definição de verdade, critério de identificação de verdade e justificação epistêmica. Para refletir sobre a “verdade” é necessário esclarecer brevemente as suas diferenças. Segundo Haack (2002) a definição oferece o significado da palavra “verdadeiro”, enquanto os critérios são uma espécie de teste para afirmar se uma sentença (enunciado, crença, proposição etc.) é ou não verdadeira. Como discernir entre um testemunho falso e um verdadeiro? Alguns critérios podem nos levar a crer que determinado testemunho é verdadeiro. Muitos afirmam que a verdade é relativa, pois confundem definição de verdade com critérios de identificação. Um testemunho é verdadeiro se suas informações correspondem ao que de fato ocorreu (esta frase está relacionada a uma definição de verdade).

Há alguns critérios que podem nos fazer identificar tal testemunho como sendo verdadeiro, por exemplo: se o documento que o contém for do material comum à época que informa ter sido feito, se a linguagem utilizada é a mesma de determinada época, se outros vestígios reforçam a afirmação que está contida neste testemunho etc. (estes aspectos dizem respeito à identificação). Essas observações são feitas a partir das informações que dispomos, visto que outro historiador pode dispor de mais informações e atestar que aquele testemunho é falso. Para aquele que não faz distinção entre definição e critério de identificação de verdade, concluirá que a verdade é relativa, mas essa distinção é extremamente compreensível e importante e diz respeito à “distinção entre a aparência que as coisas assumem para uma pessoa (os critérios de identificação de verdade) e a realidade dessas mesmas coisas (os critérios que definem a verdade)” (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 72).

Os critérios de identificação podem nos enganar. Caso a definições e critérios de identificação sejam a mesma coisa basta a aplicação de todos os critérios de identificação para que estívéssemos corretos acerca do testemunho. Em uma passagem de Bloch (2001, p. 97) essa distinção aparece com nitidez: “Deveria ser supérfluo lembrar que, inversamente, os testemunhos mais insuspeitos [...] não são, necessariamente, [...], testemunhos verídicos”.

Portanto, podemos justificar a nossa conclusão com base em critérios, mas a justificação não pode ser confundida com definição de verdade. Para esclarecer essa diferença,



Moser (2004, p. 87) recorda a teoria geocêntrica, que era justificada por um grande número de filósofos e astrônomos e como sabemos não era uma teoria verdadeira. A justificação possui uma função prática, se você estiver justificado em crer que algo é verdadeiro é porque você possui alguns indícios que lhe levaram a esta crença. A justificação é um tanto diferente de justificação epistêmica. Você pode estar “justificado” a crer em alguma coisa por razões diversas, que podem ser pessoais inclusive. Justificação epistêmica, contudo, prevê uma avaliação que elimine falsidades, que seja razoável e que possibilite a aquisição de verdades. Justificação é um termo comparativo (FLORES, 2012, p. 187).

A verdade não é condição para justificação, pois justificação é sempre passível de anulação (MOSER, 2004). Uma ideia pode não ser verdadeira, mas naquele determinado momento apresentou-se aos homens como uma explicação válida das coisas e pode, portanto, se confundir para eles com a verdade; é até mesmo uma questão de meios técnicos que se dispõe para chegar a determinadas afirmações (FEBVRE, 2009).

A definição, os critérios de identificação, a justificação e o portador de verdade varia de acordo com determinada teoria filosófica da verdade. Existe muitas teorias da verdade no interior da filosofia, algumas já clássicas outras contemporâneas, entre elas estão: a Teoria da correspondência como congruência de Bertrand Russell; a Teoria da correspondência como correlação de John Austin; a Teoria da coerência de Brand Blanshard; a Teoria pragmática de Charles Pierce; a Teoria semântica de Alfred Tarski (KIRKHAM, 2003).

As teorias da verdade foram sendo unificadas ao longo da história da filosofia em teorias mais gerais, por exemplo, Aristóteles, Russell e Austin definem a verdade como correspondência. Para realizar esta análise optamos por trabalhar com duas teorias: a teoria da verdade como correspondência e a teoria da verdade como coerência, isso porque durante a análise dos textos dos historiadores são essas duas que se destacam como suportes para suas concepções de verdade.

Para a teoria da correspondência, a verdade é a correspondência da proposição, do pensamento ou do enunciado, com o fato no mundo. Tal teoria é a mais antiga. A primeira manifestação de verdade como correspondência que temos acesso é a proposição de Aristóteles feita no capítulo 7 do livro Gama da Metafísica (1011b, p. 26-27): “Dizer do que é que ele não é e do que não é que ele é, é o falso; dizer do que é que ele é e do que não é que ele não é, é o verdadeiro”. A teoria da correspondência parece ser, “intuitivamente” a teoria ideal e, também, a mais popularizada.



Russell, outro filósofo correspondentista, no texto “Os Problemas da Filosofia”, de 1912, faz algumas contribuições ao esclarecimento do que é a “verdade”. Para ele existe dualismo no que se refere ao conhecimento de verdades: tanto podemos acreditar numa afirmação verdadeira quanto numa falsa. O que distingue a verdade da falsidade? A verdade, para Russell possui três aspectos: primeiro, deve ser entendida como o oposto da falsidade; segundo, a verdade e falsidade são propriedades das crenças e afirmações e não dos fatos (pois se tivéssemos um mundo de mera matéria não haveria lugar nem para verdade, nem para falsidade); terceiro, a verdade das crenças depende de algo exterior a elas, então:

[...] deve-se observar que a verdade ou a falsidade de uma crença sempre depende de alguma coisa externa à própria crença. Se eu acredito que Carlos I morreu no cadafalso, minha crença é verdadeira, não por causa de alguma qualidade intrínseca à minha crença, que poderia ser descoberta simplesmente examinando a crença, mas por causa de um evento histórico que aconteceu há mais de três séculos atrás (RUSSELL, 2005, p. 137).

A verdade para um correspondentista consiste em uma conformação entre crença (acreditar que Carlos I morreu no cadafalso) e fato (Carlos I morreu no cadafalso). O significado de “verdade” é essa correspondência. Já a teoria coerentista sustenta que uma afirmação é verdadeira se, e somente se, for coerente a um sistema de crenças ou proposições e é considerada falsa se está em conflito com o sistema ao qual foi comparada. A teoria da verdade como coerência representa, de acordo com Dutra (2001, p. 61), uma alternativa tradicional e desafiadora à teoria da correspondência.

Goldstein (2007), Haack (2002), Dutra (2001) e Kirkham (2003) associam a teoria coerentista com aquilo que a tradição filosófica chamou de idealismo. Grosso modo, são idealistas aqueles que acreditam que o mundo é dependente das operações mentais. A verdade é uma relação entre afirmações, ou seja, “a marca registrada do coerentismo é o fato de não definir a “verdade” como uma determinada relação entre as afirmações e o mundo não propositivo, mas, sim, como uma interligação sistemática de várias afirmações” (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 78).

A verdade como coerência é o que Hessen (2000, p. 119) chama de “verdade imanente”. Este autor entende que a verdade é “transcendente” ou “imanente”. Quando a verdade consiste na concordância do conteúdo com o objeto se chama de “transcendente” em contraposição ao conceito de verdade “imanente”, que significa uma relação dentro do próprio pensamento. Para o conceito “imanente”, a verdade não advém da relação entre conteúdo do pensamento e algo que transcende a ele, e, sim numa concordância entre pensamentos.



A “verdade” é, portanto, uma espécie de propriedade que as sentenças podem ou não possuir e essa propriedade se manifesta numa situação relacional: a da proposição com o mundo (correspondência), ou da proposição em relação a um sistema coerente de crenças (coerência). Também fica claro, que definição de verdade e critérios de identificação de verdade são conceitos diferentes, um diz, o que é a “verdade” e outro serve como um teste para identificar qual proposição é verdadeira e qual é falsa.

Teorias Filosóficas da Verdade em Bloch e Febvre

Bloch acredita que a história como as demais ciências busca a verdade e é isso que a distingue dos romances. A história deve ser verdadeira porque o compromisso do historiador com a verdade é para ele um compromisso com a justiça, “a história tem o direito de contar entre suas glórias mais seguras ter assim ao elaborar sua técnica, abrir aos homens um novo caminho rumo à verdade, por conseguinte, àquilo que é justo” (BLOCH, 2001, p. 124). Afirma que o juiz e o cientista têm em comum a submissão à verdade. Assim como Bloch, Febvre afirma que a tarefa da história é buscar e expressar a verdade:

A história como é concebida hoje, pode florescer em arte, pode ser coroada com a filosofia, mas é principalmente e necessariamente o estabelecimento dos fatos e a exposição precisa dos fatos apurados, uma tarefa, como será visto adiante, singularmente difícil e delicada, em suma, a busca e a expressão da verdade (FEBVRE, 2013, p. 480).

A preocupação de Febvre com a verdade é evidenciada no posfácio do livro “O Problema da Incredulidade no Século XVI”. O comentador descreve Lucien Febvre como advogado de defesa de Rabelais que trabalha sem tréguas. Para Crouzet (2009, p. 410), a ele se atribui “o papel do libertador. Tem tal confiança na capacidade do historiador para neutralizar as miragens da análise que vê na imputação de incredulidade feita a Rabelais um ‘sacrilégio’ contra a verdade”. Conseguir neutralizar e afastar miragens da análise significa escrever de forma mais objetiva possível, mantendo o compromisso com a verdade.

Tanto Bloch quanto Febvre, destacam a importância que a verdade possui em relação ao conhecimento histórico, mas, como definem essa verdade. Bloch (2001, p. 89) escreve que “nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, [eles] também, podem ser falsificados”. O que significa dizer que tal relato ou vestígio não é verdadeiro? Determinado relato é verdadeiro se aquilo que estiver expresso nele corresponde à realidade passada⁴: “para

⁴ A realidade do passado humano não se altera: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”



que seja julgado aceitável, [...] a situação da linguagem atestada nessa época pelos textos literários, e que as instituições mencionadas correspondam àquelas do momento” (BLOCH, 2001, p. 115). O testemunho, vestígio ou documento serve tanto como portador de afirmações verdadeiras quanto prova, pois:

Se o detetive perspicaz interroga os atores do drama, ele espera de suas respostas menos uma narrativa aceitável dos fatos, mas antes elementos que lhe permitem, por um esforço pessoal de inteligência reconstruir a verdade. Aos olhos do historiador, da mesma forma, o melhor desempenho dos depoimentos tem simultaneamente valor de narrativa e valor, maior até, de prova (BLOCH, 2013, p. 450).

Analisando esses trechos é possível perceber que a definição de verdade para Bloch se aproxima da teoria da verdade como correspondência, porque para ser aceitável, a situação expressa da linguagem (uma proposição) deve corresponder àquela situação a qual se refere (fato ocorrido no mundo extralinguístico). A noção de verdade para Febvre é semelhante, ou seja, a verdade é a correspondência entre aquilo que está no domínio da linguagem/do pensamento com algo que se localiza fora do pensamento, algo extra consciência. Para esclarecer melhor essa situação relacional a distinção entre verdade “transcendente” e “imaneente” comentada anteriormente se torna útil. A verdade “transcendente” é a correspondência entre pensamento e o mundo. Já a verdade “imaneente” depende de um acordo que reside no próprio pensamento, portanto, não tem uma relação entre linguagem e mundo, ocorre apenas numa relação dentro da própria linguagem. Dois trechos de Febvre exemplificam a separação entre hipótese e crença de um lado, e fenômenos e fatos de outro, sendo verdade o resultado da correlação entre esses dois domínios:

Copérnico [...] O homem que, por isso demonstrou a Terra. O homem que, ao fazer isso, assegurou “o triunfo da verdade”. [...] 6 anos de pesquisa eruditas, de meditações, de cálculos e de observações, era “a verdadeira”, uma vez que dava melhor conta das aparências que as hipóteses anteriores – e que aliás, as superava em simplicidade [...] Verdade: haverá uma verdade, no domínio da ciência, no dia em que, de duas opiniões que são apenas opiniões, poder-se-á controlar que uma é verificada pelos fatos, a outra, desmentida, ou não confirmada, por eles. Esse dia não chegou no século XVI. Ele nem chegou ainda no começo do século XVII (FEBVRE, 2009 p. 345-346 e 358).

Em vista do citado constata-se que está presente nos textos dos dois historiadores a definição de verdade como correspondência. Porém, como já comentado, no interior de uma concepção de verdade existe a definição e os critérios de identificação de verdade. Será que nos historiadores a definição e critérios coincidem? Ou seja, os critérios também estão pautados na teoria da correspondência? Normalmente, no caso dos filósofos, ao definir a verdade como

(BLOCH, 2001, p. 75). Bloch parece entender que ao falarmos de história, estamos nos referindo a ela enquanto realidade (passado humano) ou enquanto ciência que lida com a realidade.



correspondência também entendem que os critérios de identificação são perceptíveis no processo da correspondência.

A fim de perceber os critérios de identificação de verdade em Bloch precisamos analisar sua compreensão de testemunho ou vestígio verídico e de história verdadeira. Um testemunho pode ser identificado como verdadeiro se ele resistir às regras da crítica: essas “regras [...], as quais entre a mentira e a verdade, permitem uma triagem” (BLOCH, 2001, p. 90). Para Bloch (2001, p. 91), alguns nomes foram fundamentais no desenvolvimento da crítica aplicada à historiografia, tais como Daniel van Papenbroeck (1628-1714), Dom Jean Mabillon (1632-1707), Richard Simon (1638-1712) e Baruch de Espinosa (1632-1677). As regras da crítica partem da descrença, ou seja, o testemunho deve ser posto em dúvida: “[Assim como a ‘ciência’ cartesiana] a crítica do testemunho histórico faz tábula rasa da credulidade” (BLOCH, 2001, p. 92). Posteriormente, é necessário retirar do testemunho aquilo que oferece, o que está evidente, e aquilo que ele esconde em suas entrelinhas.

Outro aspecto averiguado durante a crítica ao testemunho é a escrita, que deve ser analisada primeiro em seu estilo. O investigador então observa se é um estilo que pertence à época em que o testemunho é datado. Ainda nesta fase, o historiador deve perceber se existe referência às instituições da época. O material no qual está escrito o testemunho também deve ser examinado e comparado aos materiais da época. As informações ali contidas devem ser comparadas com a gama de informações e conhecimentos que os historiadores já dispõem e que permanecem sendo confirmados.

Notamos que esta série de critérios de identificação da verdade do testemunho dizem respeito à coerência, mais do que à correspondência. Recorrer a outros testemunhos normalmente auxilia na descoberta do erro e da mentira. É importante recorrer a relatos de diversas naturezas e perceber em que ponto esses relatos convergem. A crítica histórica não é capaz de atingir a certeza absoluta, mas consegue dosar entre o provável e o improvável. Em outras palavras, a crítica histórica não atinge o fato, a realidade ela mesma, “a crítica histórica não se distingue da maioria das ciências do real se não por um escalonamento sem dúvida nuançada de graus” (BLOCH, 2001, p. 122).

Além dos critérios que identificam os testemunhos verdadeiros, quais são os critérios que identificam a história como sendo verdadeira? Para Bloch e Febvre um dos primeiros critérios é que nela não deve ocorrer julgamento. O juiz e o cientista tem em comum a imparcialidade e a busca da verdade, mas feita a observação e a explicação, o trabalho do



cientista terminou, enquanto o juiz ainda precisa realizar a sentença. A palavra de ordem é compreender, julgamento não é tarefa da história. Outra característica da história verdadeira é a universalidade: “a única história verdadeira, que pode ser feita através de ajuda mútua, é a história universal” (BLOCH, 2001, p. 68). Entende-se que universal, aqui, significa não parcial, ou seja, uma história que analise todos os âmbitos da vida: econômico, social e mental. A história deve ser feita num esforço conjunto de especialistas e técnicas.

A ciência decompõe o real apenas a fim de melhor observá-lo, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e interpenetram. O perigo começa quando cada projetor pretende ver tudo sozinho; quando cada canto do saber é tomado por uma pátria (BLOCH, 2001, p. 131).

Um livro de história deve conter um grande número de notas que provem como o pesquisador chegou até a conclusão. “Todo livro de história digno desse nome deveria comportar um capítulo ou, [caso se prefira], inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitulariam algo do tipo ‘Como saber o que vou lhes dizer?’” (BLOCH, 2001, p. 83).

Outros dois critérios são importantes na elaboração de uma história verdadeira: a pesquisa deve sempre partir de um problema e o pesquisador deve saber fazer observações. Bloch dedica um capítulo inteiro em “Apologia” para dissertar sobre observação: “estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu” (BLOCH, 2001, p. 69). Questiona a afirmação de que o conhecimento histórico é indireto e afirma que em alguns momentos ou em determinados problemas, o conhecimento histórico nada tem de indireto, citando como exemplo os sacrifícios humanos expostos em murais na Antiga Síria ou os ritos fixados por um livro de cerimônias.

Esses exemplos “são realidades que nós próprios captamos e que captamos e exploramos por um esforço de inteligência estritamente pessoal [nenhum outro cérebro humano precisa ser convocado para isso, como intermediário]” (BLOCH, 2001, p. 72). Compara, ainda, o trabalho do historiador ao de um físico, que muitas vezes percebe alguns fenômenos através de outros fenômenos derivados do primeiro. Em alguns momentos, os cientistas lidam indiretamente com seus objetos, contudo, isso não é exclusividade dos historiadores.

Para Febvre, a história verdadeira é aquela feita por um coletivo de pesquisadores. O trabalho em equipe evita erros intencionais, fraudes e falsificações. O “labor coletivo que faz da veracidade uma virtude tão recomendável e necessária no domínio das pesquisas científicas quanto nos contratos e das cláusulas jurídicas ou ainda dos testemunhos e dos depoimentos



judiciário” (FEBVRE, 2009, p. 359). A verdadeira história não é aquela contida nos manuais escolares, mas, aquela que possui um passado inteligível e uma humanidade viva. Uma afirmação em história só tem o direito de ser produzida caso possa ser verificada; o historiador deve minimamente indicar a procedência da informação e um meio de encontrá-la.

Em seus escritos, Bloch e Febvre parecem concordar que os portadores da verdade são os vestígios humanos. Qual seria o teste que indica a verdade da informação contida nesses vestígios? O teste é submetê-los às regras da crítica e quando se trata de vestígios escritos, esta crítica ocorre em duas etapas – interna e externa –; “derivam da experiência e reflexão que permite que se separe dos textos, mais segura e mais rapidamente a soma ou a parcela de verdade que eles contêm” (FEBVRE, 2013, p. 481)⁵.

Salienta-se, também, que o teste que indica a verdade do testemunho, das informações, é um teste de coerência, pois ele se dá no interior do testemunho, e/ou em comparação com outros testemunhos e/ou em comparação com o conhecimento histórico já produzido e que permanece estabelecido, ou seja, o historiador não observa a realidade do fato histórico para perceber se o relato está dizendo verdades, assim como o detetive que busca resolver um crime. A coerência é, por consequência, o único teste disponível. Os historiadores Bloch e Febvre parecem admitir que a verdade é a correspondência entre as afirmações contidas no testemunho e o fato, embora, o teste que identifica tais afirmações como sendo verdadeiras é a coerência.

Mesmo a verdade sendo definida por Bloch e Febvre como correspondência entre proposições e fatos, entre afirmações e realidade, é preciso salientar que “nenhuma ciência é fotografia da realidade. Qualquer ciência, ao contrário, é escolha, análise, interpretação. É somente depois de decompor essa escolha, que ela nos faz compreender o real” (BLOCH, 2013, p. 458). Bloch está se referindo à ciência histórica, então as proposições e teses contidas nesta ciência não são reflexos da realidade. A história nunca conseguirá retratar a totalidade do passado em sua narrativa, não importa o tamanho do esforço nem o “quão grande e pesada é a massa de fatos adquiridos, a totalidade do passado nunca poderá ser reconstruída” (FEBVRE, 2013, p. 481). Contudo, quando Bloch se refere ao testemunho, a correspondência entre o relato e a realidade retratada parece possuir ter um sentido mais forte. Determinado relato é verdadeiro se aquilo que estiver expresso nele corresponde à realidade passada (que é um dado que nada

⁵ Mais adiante as regras da crítica serão apresentadas com maiores detalhes, quando historiadores metódicos forem analisados.



modificará). Talvez, seja o caso de o testemunho ou vestígio possuir uma relação mais direta com o fato histórico. A ciência histórica produzida referente àquele fato está mais distante se comparada ao relato.

Em resumo, Bloch e Febvre definem que a verdade é a correspondência entre o portador da afirmação, seja ele um testemunho ou a história escrita e a realidade. Essa realidade, para Bloch, é formada pelo passado e presente, realidades que são interdependentes e que adquirem significado e permitem a compreensão dos fatos humanos a partir dessa conexão. A realidade, objeto da história, é o passado humano, que não é fixo, embora ele impeça frases que não caibam em sua realidade, como, por exemplo, frases anacrônicas.

Alguns critérios podem levar o historiador a crer na veracidade do testemunho, tais como estilo de escrita, tipo do material, se suas informações se assemelham às dos demais testemunhos e se elas são coerentes com a gama de conhecimentos já reconhecidos pela comunidade de historiadores. Portanto, diferente da definição de verdade, esses critérios de identificação de verdade do testemunho não relacionam afirmação e fato histórico, mas, sim, afirmação contida no testemunho com as de outros testemunhos, compara essas informações com uma espécie de sistema (conhecimento histórico produzido).

Dessa forma, se entende que a coerência, apesar de não ser a definição de verdade, pode ser critério de identificação de verdade para esses historiadores. Existem também critérios que permitem identificar uma história verdadeira: ela deve partir de um problema, o historiador precisa saber fazer observações históricas, é realizada com esforços mútuos e com a utilização de várias técnicas, costumeiramente chamadas de auxiliares, deve ser universal, deve indicar o caminho feito pelo historiador até a conclusão e, por fim, não pode emitir julgamentos.

Teorias Filosóficas da Verdade nos Metódicos

Isso posto, pode-se agora perceber qual teoria filosófica fundamenta a concepção de verdade dos metódicos Langlois e Seignobos, na intenção de considerar, ao final, se suas noções são distantes ou próximas. Para isso foi analisada a obra “Introdução aos Estudos Históricos”. Seignobos e Langlois faziam parte de um grupo de historiadores franceses preocupados em delimitar o campo e o método da disciplina na França no final do século XIX. Colaboradores da *Revue Historique*, foram elaborando uma historiografia inspirada no “Historicismo Alemão” que ficou conhecida como “Escola Metódica”, que se posicionava contra a historiografia anterior, entendendo-a como literária e pouco científica. Da mesma maneira, a Escola dos *Annales* se opôs à historiografia metódica, classificando-a como historicizante e positivista.



Seignobos e Langlois (2003, p. 46) assumiram que a Introdução aos “Estudos Históricos” é um ensaio de metodologia da pesquisa histórica e que a metodologia é o caminho mais seguro à verdade científica: “os principiantes, e a imensa maioria de quem jamais parou para refletir acerca dos fundamentos metodológicos da história, recorrem a métodos intuitivos que raramente chegam à verdade científica”. Estavam, nesse sentido, preocupados em reduzir a subjetividade na atividade do historiador em respeito à verdade.

Interessados nos fatos históricos elaborados a partir de documentos, os fundamentos metodológicos explicados por eles se referem, principalmente, à crítica documental. A pesquisa histórica deve proceder da seguinte maneira: o historiador, depois de escolher o acontecimento que deseja estudar, deve buscar os documentos para então submetê-los à crítica externa e interna. Os documentos que resistiram à crítica devem ser comparados entre si; nesta comparação alguns aspectos coincidirão.

Os pontos de coincidência fundamentam os fatos históricos, desde que estes documentos sejam autênticos, exatos e independentes. Esta etapa proporciona fatos isolados que são operados por várias sínteses. Os fatos que se encontram em desordem, “mediante a combinação de fragmentos tomados de diferentes âmbitos da realidade formarão uma imagem possível, aquela que teria sido proporcionada por uma observação direta do acontecimento” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 228). Os fatos, assim como foram imaginados e de acordo com esquemas elaborados a partir do modelo de um conjunto observado na realidade e que supomos ser análogo ao passado, serão agrupados segundo sua natureza. Este processo é realizado até que toda a história do passado seja ordenada.

A crítica imposta sobre o documento se divide em externa, que se aplica aos aspectos materiais do documento e interna, que se refere à coerência textual. A crítica externa garante a autenticidade do documento e a crítica interna explicita o que pode ser considerado verdadeiro no documento. Os historiadores ilustram essa diferença citando como exemplo uma ata: ela pode ser autêntica, pode estar assinada pelo personagem, mas isso não significa que suas afirmações sejam verdadeiras e nem que o personagem esteve presente fisicamente no momento de sua elaboração.

Podemos entender que nesse tratado metodológico a verdade está associada à crítica interna e externa. A externa permite dizer se o documento é autêntico, verdadeiro ou falso e a interna se as afirmações expressas no seu conteúdo são sinceras e verdadeiras. Antes de mais nada é necessário esclarecer que, para Seignobos e Langlois (2003, p. 28), a crítica interna e



externa não permite conclusões únicas e definitivas, já que “as únicas conclusões definitivas da crítica são conclusões negativas. Todos os resultados positivos seguem sendo duvidosos, e podemos resumir assim: ‘Contamos com argumentos favoráveis e contrários a certeza desta afirmação’”.

Quando se fala em proposições verdadeiras contidas no documento se está diante de um problema que pode ser analisado sob as perspectivas das teorias da verdade. Para chegar a este problema é necessário partir das regras da crítica. A crítica externa tem caráter preparatório, ela permite identificar um documento autêntico. Ela inicia com a crítica de restituição que se refere à análise de cópias de um documento original e serve para descobrir documentos falsos, modificações e erros (LANGLOIS; SEIGNOBOS 2003, p. 123). Segue com a crítica de procedência do documento, para o qual se pergunta: De onde é? Quem é o autor? De que data? (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 115). Nesta etapa, são investigadas as características compartilhadas por documentos feitos na mesma época. Na crítica externa, se faz ainda, uma classificação crítica das fontes, recompilando e classificando metodologicamente os materiais comprovados. Terminado este procedimento, é possível dizer se o documento é autêntico, ou seja, se é o que diz ser. Se foi escrito naquela época, por aquele autor, e naquela determinada situação.

A crítica interna, por sua vez, é responsável pela interpretação (hermenêutica) e pela crítica negativa de sinceridade e exatidão. O papel da interpretação é examinar o conteúdo do documento e estabelecer o sentido literal e o sentido oculto através da exegese. Já a crítica “da sinceridade incide sobre as intenções, confessadas ou não, do testemunho, enquanto a crítica da exatidão refere-se à sua situação objetiva. A primeira está atenta às mentiras, ao passo que a segunda considera o erro” (PROST, 2012 p. 59). A crítica interna permite considerar o que é verdadeiro em determinado documento. O processo de análise do documento inicia com a dúvida metódica, que não é uma atitude natural, pelo contrário, normalmente confiamos nas palavras do autor, confiamos no documento. Porém, “nunca se deve perder de vista a distância que existe entre as afirmações de um autor, seja quem seja, e uma verdade cientificamente provada” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 170-171).

O objetivo da crítica interna é determinar se o autor relatou os acontecimentos com exatidão (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 176). A verdade do testemunho, portanto, depende da exatidão do relato, ou seja, é verdadeiro o relato se suas afirmações correspondem com exatidão aos acontecimentos. Nesse ponto, existe uma definição correspondentista da



verdade. Depois de examinada a exatidão das afirmações, não se alcança conclusões definitivas, apenas conta-se com argumentos favoráveis e contrários à certeza das afirmações. Para chegar a uma conclusão, é necessária uma última operação, a comparação entre as muitas afirmações acerca das observações. O teste final quanto à verdade das afirmações, como é possível notar, é um teste de coerência.

Para Seignobos e Langlois (2003, p. 182), as ciências já estabelecidas têm a observação como quesito para o conhecimento dos fatos: “não existe senão um procedimento científico para conhecer um fato e é a observação; portanto, é necessário que toda afirmação se apoie, de forma direta, ou através de um intermediário, em uma observação, e que esta tenha sido efetuada corretamente”. Toda afirmação sobre um fato científico (neste caso histórico), precisa estar apoiada em observações diretas ou indiretas. Os fatos pertencentes às disciplinas como a química e a biologia são rápidos, se referem a situações passageiras, contudo, a história pode lidar com fatos bem menos específicos e de maior duração como, por exemplo, costumes de um grupo ou de um povo. Por essa razão, os critérios de observação para a história devem ser mais flexíveis (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 191).

As observações são de primeira ou segunda mão, mas, para serem confiáveis devem ter sido feitas por indivíduos independentes que viram o mesmo fato. Ao analisar uma observação alguns critérios devem ser considerados: o observador pode acreditar estar narrando a verdade, mas por algum motivo, que pode ser de ordem psicológica, na qual esteja imaginando coisas; o observador pode estar numa posição que lhe impeça de fazer uma descrição satisfatória, e por fim, é necessário considerar se o observador deu a devida atenção ao fato constatado.

Seignobos e Langlois acreditam que a crítica interna consegue estabelecer quais afirmações contidas no documento são verdadeiras seguindo algumas regras: 1) uma verdade científica não se estabelece mediante o testemunho. Para aceitar uma proposição, são necessários argumentos concretos que demonstrem que é verdade aquilo que é expresso pela proposição (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 172); 2) a crítica a um documento não pode fazer-se de modo global, antes devem ser analisadas palavras, frases e partes, para enfim analisar o todo (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 173).

Como já foi comentado, definição e critérios de verdade são diferentes. Seignobos e Langlois, assim como Bloch, percebem essa diferença. Os metódicos afirmam que o relato pode assumir a aparência de verdadeiro quando ele é rico em detalhes e possui afirmações exatas.



Somos tentados a julgar uma afirmação pela sua forma, mas, não existe um critério externo que garanta a sinceridade. Um relato autêntico pode dar a falsa sensação de que suas afirmações são verdadeiras (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p.178). Aparentemente verdadeiro não é necessariamente verdadeiro. Quando um relato é verdadeiro? Quando suas afirmações referem-se aos acontecimentos com exatidão (LANGLOIS; SEIGNOBOS 2003, p. 176). Aí está uma definição de verdade como correspondência. Frases verdadeiras contidas no relato são aquelas que correspondem aos acontecimentos com exatidão.

Dois âmbitos são necessários quando se trata da verdade como correspondência, o da linguagem (relato) e o da realidade/mundo (acontecimento). A crítica interna permite identificar a verdade do relato contido no documento, ou seja, as regras da crítica são os critérios de identificação da verdade. Apesar disso, é interessante salientar novamente que “o exame crítico não propõe soluções definitivas; resulta indispensável para evitar erros, mas não nos conduz à verdade. A crítica não pode provar nenhum fato, se limita a indicar suas probabilidades” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 200). Outro detalhe importante nesta frase deve ser mencionado e analisado. As conclusões obtidas por meio do exame crítico não são definitivas, elas podem indicar a verdade do testemunho, mas não garantem a verdade do fato.

A questão da verdade sobre os fatos históricos, ou seja, a garantia de sua ocorrência e processo, não pode ser analisada a partir das teorias da verdade. Retoma-se aqui o que Russell diz sobre a verdade: ela está nas afirmações, nas crenças e não nos fatos. A existência ou não de fatos históricos talvez possa ser analisada por outra área da filosofia chamada de ontologia.

As afirmações que tratam de um mesmo fato, pessoa e ou lugar observado, presentes em relatos diferentes, caso sejam contraditórias, indicam que algum desses relatos está mentindo. Não existe um meio termo, tentar conciliar duas informações contrárias é uma afronta ao espírito científico (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 203). Um fato histórico pode ser comprovado se há vestígios que garantam o conhecimento sobre eles, e se esses são autênticos e independentes. As coincidências entre os variados vestígios fundamentam os fatos históricos, provando-os cientificamente (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 205). Outro detalhe é, para Seignobos e Langlois (2003), o melhor seria que esses vestígios fossem fruto de observações escritas dos fatos.

Considerações Finais

Ao examinar alguns extratos dos textos de Bloch, Febvre, Langlois e Seignobos, foi possível perceber que a maneira como os fundadores dos *Annales* entendem a verdade,



definindo-a e pensando-a em seus critérios de identificação; está muito próxima da definição de seus professores Seignobos e Langlois. Apesar das particularidades Bloch, Febvre, Seignobos e Langlois definem a verdade como correspondência, portanto, a teoria filosófica da verdade como correspondência sustenta o significado do termo “verdade”. Já o que identifica a verdade, ou seja, os critérios de identificação da verdade pertencem à teoria da coerência

Na introdução deste artigo comentamos que apesar das inovações, os *Annales* apresentam sinais de permanência do “Antigo Regime Historiográfico”. Ao percebermos que a noção de verdade é mais um traço de continuidade entre os historiadores dos *Annales* e os da “Escola Metódica” questionamos a tese de ruptura historiográfica entre essas duas historiografias. Concordamos, neste sentido com Iggers (2012), com Raphael (2010) e Burguière (1979), para os quais não houve mudanças substanciais de caráter teórico com os *Annales* a ponto de inaugurar um novo paradigma.

Ao reconhecer que os historiadores representantes da historiografia metódica e dos *Annales* definem e identificam a verdade de maneira muito próxima, apresentamos um argumento que pode servir para problematizar a ideia de “revolução historiográfica”. Entendemos que as bases teóricas que orientaram a história desde sua formação enquanto disciplina científica não foram abaladas. Resumidamente, é como se os *Annales* tivessem promovido mudanças e inovações em certas áreas externas da estrutura da história científica do século XIX, sem colocá-la abaixo, movimento que é necessário quando falamos em revolução.

O discurso de “revolução historiográfica” foi útil no enfrentamento dos *Annales* à “Escola Metódica”, a nova escola foi constituindo um perfil a partir desse enfrentamento. Muitas características inscritas neste perfil fazem parte de um “mito historiográfico” que pode ser definido como “uma crença, ou articulação de várias crenças, coletivamente construída(s) e a partir de então associada(s) à obra e à trajetória de um historiador ou grupo de historiadores” (MATA, 2015, p.188). O campo de atuação do “mito historiográfico” é, sobretudo, o da oralidade acadêmica. E, como todo mito suas afirmações não se sustentam no real, mas na vontade de que aquilo que está sendo afirmado venha fazer parte do real.

Como pesquisadores e estudantes de historiografia precisamos contextualizar e problematizar os “mitos historiográficos” fazendo possíveis contribuições para o âmbito metodológico e epistemológico da história. Atentamos, por fim, que é importante refletir na história da historiografia sobre as continuidades e discontinuidades entre as várias historiografias, sem combater uma em detrimento da outra. Entender que a sucessão de escolas



históricas e de estilos de escrever história acontecem não por uma ser “nova” e a outra “ultrapassada”, e, sim, por razões tanto epistemológicas (diferenças teóricas) quanto institucionais. Concordamos com Forastieri da Silva (2015, p. 377-395) quando afirma que no debate historiográfico devemos resistir à lógica binária presente no discurso e realizar estudos no “domínio do intermediário”.

Referências

- ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2001.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BLOCH, Marc. Como e por que trabalha o historiador. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.
- BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhias das Letras, 1993.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Portugal: Europa-América Lda, 1983.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa na historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CLARCK, Stuart. Os historiadores dos Annales. In NOVAIS, Fernando; FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Org.). **Nova História em perspectiva**. v.1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- COSTA, Antonio. Notas sobre a Teoria Coerentistas da Verdade. **Crítica**, 19 mar. 2002. Disponível em: < http://criticanarede.com/fil_teoriacoerentista.html >. Acesso em: 25 jan. 2019.
- COSTA, Cláudio. Teorias da verdade. **Crítica**, 2005. Disponível em:<http://criticanarede.com/met_tverdade.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- CROUZET, Denis. Rabelais e seu duplo: o historiador em sinergia. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: EDUSC, 2003.
- DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Teoria do conhecimento**. Florianópolis: UFSC, 2008.
- DUTRA, Luiz Henrique de A. **Verdade e investigação: o problema da verdade na teoria do conhecimento**. São Paulo: EPU, 2001.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editora Presença, 1989.



- FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FEBVRE, Lucien; BERR, Henri. História. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: FGV: EdiPUCRS, 2013.
- FERNANDES, Cássio da S. Jacob Burchardt (1818-1897). In: MARTINS, Estevão. (Org.) **História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015.
- FINK, Carole. Marc Bloch: **Una vida para la historia**. Granada: Universitat de València, 2004.
- FLORES, Tito. A noção de justificação epistêmica como conceito de avaliação epistêmica. **Ágora Filosófica**. n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/agora/article/view/168/156>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- GOLDSTEIN, Lawrence. **Lógica**: conceitos-chave em filosofia. Tradução: Lia Levy. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GOMES, Tiago de Melo. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- IGGERS, Georg G. **La historiografía del siglo XX**: desde la objetividad científica al desafío posmoderno. Santiago de Chile: FCE, 2012.
- KIRKHAM, Richard L. **Teorias da verdade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. **Introducción a los estudios históricos**. Salamanca: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2003.
- LOPES DOS SANTOS, L. H. Russel: vida e obra. In: RUSSEL, Bertrand. **Ensaios escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MALATIAN, Teresa. Gabriel Monod. In: MALERBA, Jurandir. **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MATA, Sérgio da. Leopold Von Ranke (1795-1886). In: MARTINS, Estevão. (Org.) **História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015.
- MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. *Revue Historique*, Tomo I, 1876. In: GLAYDSON, José da Silva. **A 'Escola Metódica'**: textos didáticos. IFCH/UNICAMP, n. 61, jul. 2006.
- MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.
- MOSER, Paul; MULDER, Dwayne; TROUT, J. D. **A Teoria do conhecimento**: uma introdução temática. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



NOVAIS, Fernando. FORASTIERI DA SILVA, Rogério. Introdução: para a historiografia da Nova História. In: NOVAIS, Fernando. FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Orgs.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

NOVAIS, Fernando; FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RAPHAEL, Lutz. Panorama: os *Annales* na história da historiografia do século XX. In: NOVAIS, Fernando; FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Orgs.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, José Carlos. **História entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1999.

REIS, José Carlos. Lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria da História**, Goiás, n. 6, dez. 2011. Disponível em: <<https://revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo%201,%20REIS.pdf?1325192313>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

ROCHA, Sabrina. **Lucien Febvre, Marc Bloch e as Ciências Históricas Alemãs (1928-1944)**. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

RUSSELL, Bertrand. **Ensaios Escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. Florianópolis: EAD/UFSC, 2005.

SILVA, Rogério Forastieri da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, abr. 2015. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/694/553>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.